

POTENCIAL DE ATUAÇÃO DAS ITCPs: ANÁLISE A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DE SEUS MEMBROS

Layon Carlos Cezar

Resumo

O objetivo desse artigo é investigar como os membros das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) percebem o potencial de criação e manutenção dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), identificando diferenças entre grupos de respondentes e interpretando os sentidos atribuídos a essa atuação. Como referencial teórico, a pesquisa apoia-se na discussão sobre o histórico e a atuação das ITCPs no Brasil, bem como na perspectiva de performatividade crítica nos EES, conforme defendido por Spicer, Alvesson e Kärreman (2009; 2016). A pesquisa adota uma abordagem mista, de natureza exploratório-descritiva, por meio da aplicação de surveys a estudantes, técnicos e professores de 27 universidades federais brasileiras. Os dados quantitativos foram analisados por meio da análise discriminante, enquanto os dados qualitativos foram examinados com base na técnica de análise de conteúdo. A investigação revela assimetrias de conhecimento entre os membros, que se sentem fragilizados pelas formas de capacitação interna e pelos recursos disponíveis. Considera-se que a pesquisa contribui para o avanço das discussões sobre as necessidades internas das incubadoras, enquanto promotoras de performatividade crítica nos EES.

Palavras-chave

economia solidária; cooperativismo; itcp; performatividade crítica; estudos organizacionais.

Abstract The aim of this article is to investigate how members of the Technological Incubators of Popular Cooperatives (ITCPs) perceive the potential for the creation and sustainability of Solidarity Economy Enterprises (EES), by identifying differences among respondent groups and interpreting the meanings attributed to this role. The theoretical framework is grounded in the historical trajectory and operational dynamics of ITCPs in Brazil, as well as in the perspective of critical performativity in EES, as advocated by Spicer, Alvesson, and Kärreman (2009, 2016). The study employs a mixed-methods approach with an exploratory-descriptive design, using surveys administered to students, technical staff, and professors from 27 Brazilian federal universities. Quantitative data were analyzed using discriminant analysis, while qualitative data were examined through content analysis. The findings reveal knowledge asymmetries among members, who report feeling weakened by internal training practices and the limited resources available. This research contributes to advancing the debate on the internal needs of incubators as key agents in fostering critical performativity within solidarity economy enterprises.

Keywords solidarity economy; cooperativism; itcp; critical performativity; organizational studies.

INTRODUÇÃO

O movimento da economia solidária vem se desdobrando ao longo dos anos, gerando inúmeras possibilidades de trabalho e renda para diversos grupos que, muitas vezes, se encontram fora do mercado formal e enxergam nesse formato uma oportunidade de recomeço e reinserção produtiva (Singer, 2002). A lógica que sustenta esse movimento segue ainda que inserida em um contexto capitalista, uma orientação que não se pauta exclusivamente pela eficiência econômica ou pela eficácia operacional, mas sim pela valorização do humano e do bem-estar coletivo (Singer, 2002; Laville; Gaiger, 2009).

A compreensão da economia solidária como elemento central na articulação de grupos marginalizados pelo capital (Singer, 2002) leva à constituição dos chamados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), baseados na cooperação, autogestão e solidariedade para o desenvolvimento de suas atividades, criando um terreno fértil para a instalação de diversas iniciativas produtivas. A análise não apenas dos empreendimentos em si, mas também das redes formadas por parcerias entre grupos com perfis semelhantes, merece atenção especial. Isso porque a perspectiva de quem está externo à organização pode mascarar elementos essenciais para a compreensão da verdadeira dinâmica organizacional e da representação social do grupo sobre sua importância (Mance, 2005).

No campo dos estudos organizacionais, é fundamental compreender as particularidades de gestão e a dinâmica dos atores envolvidos nos EES, pois, mesmo que inseridos no mercado capitalista, esses grupos vivenciam formas alternativas de organização e finalidades que extrapolam os parâmetros tradicionais de desempenho (Spicer; Alvesson; Kärreman, 2009; 2016). Compreender como esses grupos se articulam, os diferentes incentivos que motivaram sua criação e os meios de manutenção de suas estruturas organizacionais, exige uma forma de análise que transcenda os muros organizacionais. Tal análise nos permite observar os empreendimentos sob diferentes perspectivas, versões e objetivos — que, juntos, compõem um todo simbólico distante de um único significado (Manning, 2025).

No bojo dessa articulação, destacam-se as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), criadas e mantidas nas universidades federais brasileiras desde 1994. Segundo França Filho e Cunha (2009), elas desempenham um papel essencial na mobilização de grupos que desejam formar empreendimentos baseados nos valores da economia solidária e na autogestão. Com a articulação entre professores e estudantes para a identificação de demandas, viabilização de oportunidades e desenvolvimento dos empreendimentos já existentes, as ITCPs assumem um papel relevante tanto na formação acadêmica dos discentes quanto no fortalecimento de grupos produtivos, contribuindo para melhorias sociais e econômicas dos grupos atendidos (Guerra, 2008).

Na perspectiva apontada por Paranque e Willmott (2014) e Leca, Gond e Cruz (2014), as ITCPs contribuem para uma luta antiperformativa nos EES, pois atuam na criação de mecanismos e saberes que permitem não apenas iniciar os empreendimentos, mas também sustentar suas estruturas ao longo do tempo, evitando sua dissolução no contexto capitalista. Essa luta adquire, conforme Spicer, Alvesson e Kärreman (2009), o *status* de performatividade crítica, por representar uma nova forma de alcançar resultados, que valoriza práticas sociais tanto quanto — ou mais do que — econômicas. Nesse sentido, as incubadoras operam como “motores de performatividade crítica”, impulsionando as estruturas desenvolvidas pela articulação entre as ITCPs e os grupos produtivos.

Em face desse contexto, o objetivo desse artigo é investigar como os membros das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares percebem o potencial de criação e manutenção dos Empreendimentos Econômicos Solidários, identificando diferenças entre grupos de respondentes e interpretando os sentidos atribuídos a essa atuação.

Além desta introdução, o artigo apresenta, na seção seguinte, uma discussão teórica sobre o histórico e a atuação das ITCPs no Brasil, com base nas contribuições, entre outros, de Barros (2003), Guerra (2008), França Filho e Cunha (2009), Atualpa (2012) e Alharbi e Rucker (2023). Paralelamente, são abordadas as concepções sobre a performatividade crítica nos EES, com ênfase nas contribuições de Spicer, Alvesson e Kärreman (2009; 2016), Just, De Cock e Schaefer (2021), Colin (2022), Naylor (2022), Alakavuklar (2024), Grasseni (2024), Shanahan (2025), Manning (2025), bem como de Paranque e Willmott (2014) e Leca, Gond e Cruz (2014). Na sequência, são apresentados os resultados e a discussão, inicialmente com base na análise discriminante, e posteriormente com base na análise de conteúdo. Por fim, são oferecidas as considerações finais e as referências utilizadas.

O SURGIMENTO E A ORGANIZAÇÃO DAS ITCPs

Com o advento do movimento da economia solidária no Brasil, a partir da década de 1980, surgiu-se a necessidade de maior articulação e fortalecimento dos empreendimentos decorrentes dessa vertente aos órgãos de apoio responsáveis por sua estruturação. De acordo com Guerra (2008), essa necessidade culminou na criação da primeira incubadora do Brasil que teve seu início a partir da articulação de professores e alunos da COPPE/UFRJ em 1995 como um projeto interdisciplinar com foco na geração de renda e valorização da cidadania a partir da criação e desenvolvimento de cooperativas populares.

Segundo Cruz (2004), a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) pela COPPE/UFRJ foi motivada pela necessidade de enfrentar problemas sociais brasileiros que permaneciam sem solução, mesmo diante de iniciativas governamentais de grande escala. Dentre essas iniciativas, destacam-se: (1) as incubadoras de empresas, caracterizadas por elevados custos e baixa geração de empregos; e (2) os programas de qualificação profissional, que não logravam reduzir significativamente os índices de desemprego.

A experiência da UFRJ teve amplo respaldo nacional adquirindo caráter mais organizado, a partir da criação em 1997 do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) cuja missão era desenvolver a metodologia de incubação de cooperativas populares, financiar a criação e manutenção das incubadoras, permitindo aplicar de forma unificada a metodologia desenvolvida para a criação e manutenção de empreendimentos econômicos solidários (Finep, 2017). Em 2010, com a publicação do decreto nº 7.357 que dispõe sobre o PRONINC, definem-se com maior exatidão as incubadoras como organizações voltadas para incubação de EES além de atuarem “como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão” (Brasil, 2010).

No intuito de ampliar o sucesso alcançado pela UFRJ, em 1998 criou-se uma rede de incubadoras de cooperativas populares, denominada “Rede ITCP”, para garantir a criação de mais cinco incubadoras pela Brasil, além de garantir a difusão da metodologia, financiadas pelo FINEP com a criação do PRONINC (Barros, 2003). A UNITRABALHO, voltada para formação de parcerias com as universidades no intuito de desenvolverem estudos e pesquisas sobre o trabalho, também foi convidada a fazer parte da rede (Unitrabalho, 2017). Para Atualpa (2012) a articulação da Rede de ITCPs à UNITRABALHO, trouxe vários benefícios para difusão da própria rede e comunicação com as universidades sobre os recursos disponíveis do PRONINC, porém, dados os problemas políticos, ao longo do tempo, a parceria não se tornou muito sólida.

Os últimos dados de registros no Brasil, evidenciam a existência de 62 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, espalhadas por diversas universidades federais, estaduais, institutos federais e faculdades privadas (ITCP-USP, 2017). Inúmeros são os problemas enfrentados por esses grupos tanto para articulação interna (uma vez que os colaboradores são estudantes e professores com diversas atividades para além da incubadora), quanto para o atendimento às demandas dos empreendimentos. Para França Filho e Cunha (2009), ainda que as incubadoras enfrentem dificuldades cotidianas frente à dificuldade de cooperação dos grupos envolvidos,

estas cumprem quatro importantes papéis para a economia solidária: 1) capacitar empreendimentos e retirar muitos da informalidade e precariedade; 2) articular políticas públicas para geração de trabalho e renda; 3) congregação de outras ITCPs em uma rede nacional.

A busca em sentido ampliado por tais organizações permitir que a premissa da solidariedade seja inserida em organizações vistas como alternativas, como as cooperativas e associações populares. Para Alharbi e Rucker (2023), tal solidariedade deve ser construída não somente de forma organizacional, mas construída linguisticamente em discursos mais inclusivos que valorem de forma efetiva o “nós” e o “nosso”, no lugar do “eu” e do “outro”. Os autores enfatizam assim, a importância das práticas discursivas na formação de laços sociais e na promoção de ações coletivas. Sendo assim, o papel das incubadoras no reforço dessa concepção de solidariedade, torna-se essencial para criação e manutenção de empreendimentos vistos dessa forma alternativa.

A PERFORMATIVIDADE CRÍTICA NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Cunhado por Spicer, Alvesson e Kärreman (2009), a performatividade crítica pode ser compreendida como uma direção construtiva para os Estudos Críticos de Gestão. Essa perspectiva de debruça em um olhar pragmático sobre os conceitos de performatividade instituídos por J. L. Austin e Judith Butler, acreditando que tal conceito é realizado não somente pelo uso da palavra, mas pela consideração da ação e desempenho. A performatividade crítica, envolve então “a intervenção ativa e subversiva inserida em discursos e práticas gerenciais. Isto é alcançado por meio de afirmações, cuidado, pragmatismo, engajamento com potencialidades e uma orientação normativa” (Spicer, Alvesson, Kärreman, 2009, p. 538, tradução própria).

Para os autores, há uma luta antiperformativa presente nos Estudos Críticos de Gestão que deve ser questionada a todo o momento visto que a realidade de muitos empreendimentos, aproxima-se da performatividade crítica e não a nega completamente. Essa performatividade crítica, age então no sentido de reinterpretar, questionar e intervir em práticas de gestão e nos discursos dos atores, como forma de se aproximar pragmaticamente do cotidiano das organizações (Manning, 2025).

Spicer, Alvesson e Kärreman (2016), ao revisitar sua própria teoria, argumentam que atualmente a performatividade crítica abre um precedente para novas problematizações de relevância pública e questionamentos constantes, pois a dialética presente em investigações realizadas em várias áreas, dentre elas o cooperativismo, permite diminuir as barreiras teóricas difundidas pela corrente criada. Just, De Cock e Schaefer (2021) destacam que as organizações alternativas podem adotar performatividade crítica para transitar de antagonismo à colaboração social

Especificamente no campo do cooperativismo e economia solidária, trabalhos como os de Leca, Gond e Cruz (2014) e Paraque e Willmott, (2014) que investigaram como a performatividade crítica vem sendo adotada em organizações que emergem de tais movimentos.

As contribuições de Leca, Gond e Cruz (2014) expõem uma análise sobre práticas organizacionais desenvolvidas pelas cooperativas em meio aos princípios e valores difundidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e que devem ser aplicadas às suas demandas específicas, bem como aos valores da comunidade local. As práticas econômicas e sociais são impulsionadas na visão dos autores, por motores de performatividade crítica que atuam no sentido de dar movimento à estrutura criada. Nessa perspectiva dependendo das práticas exercidas e da valorização econômica e ou social adotada, há um encaminhando para iniciar uma nova forma de performatividade bem como para garantir ao longo do tempo a manutenção dessa forma. A manutenção de um empreendimento enquanto cooperativa, vivendo a batalha entre o econômico versus social, sempre se tornou objeto de investigação e incômodo entre pesquisadores. Como apontado a muito tempo por Webb e Webb (1914) esse desequilíbrio gera a “Tese da degenerescência em Cooperativas”, pois o empreendimento inicia-se fiel aos seus princípios cooperativistas, mas sua expansão econômica o faz se perder ao longo do tempo.

Tal degeneração é apontada por Shanahan (2025) como emersas de um conjunto de práticas hegemônicas capitalistas que as organizações alternativas (como as cooperativas) visavam criticar ou substituir, caracterizando assim essa degeneração. Para a autora há dois tipos de degeneração: 1) Degeneração das estratégias simbióticas: busca-se mudar o sistema por dentro, por meio de reformas graduais, porém permeado por alianças em mercados convencionais e; 2) Degeneração das estratégias intersticiais: uma organização mais tradicional, mas que almeja atuar em um mercado alternativo. Dado esse conflito, a autora propõe uma performatividade crítica impura, sem lutas contra o sistema, mas uma vigilância constante aos prováveis desvios que levam a degeneração. Leca, Gond e Cruz (2014) identificam as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) como importantes agentes da performatividade crítica no contexto do cooperativismo brasileiro. Segundo as autoras, as ITCPs desempenham esse papel por atuarem na criação de empreendimentos populares, reunindo indivíduos que se identificam com a atividade a ser desenvolvida, que possuem histórico de trabalho autogestionário ou que buscam, por meio da ajuda mútua, ampliar suas relações econômicas e sociais. Com o tempo, o investimento contínuo em capacitação, formação e alinhamento desses participantes às práticas específicas do setor cooperativista torna-se condição fundamental para a sustentabilidade dos empreendimentos, uma vez que essa continuidade é o que permite a manutenção de suas práticas de performatividade crítica.

Complementarmente, os estudos de Paraque e Willmott (2014) apontam as cooperativas como representantes de formas organizacionais em transição no qual sua expansão depende diretamente da manutenção de seus princípios. Tal perspectiva também é defendida por Just, De Cock e Schaefer (2021), que entendem tais organizações como alternativas e que se, desenvolvidas ao longo do tempo sob uma ótica de performatividade crítica, compartilharão seus princípios e valores norteadores.

Paraque e Willmott (2014) apontam que as cooperativas que se desenvolvem em larga escala econômica têm muitas dificuldades em manter tais princípios, levando à adoção de um novo e real formato cooperativo. Tal formato assume a vertente econômica, todavia

alicerçada em um pós-capitalismo menos divisivo e destrutivo e não contrária a essa vertente. As práticas desenvolvidas nesse bojo alimentam um sistema já pré-concebido por formatos anteriores (como por exemplo a Organização das Cooperativas Brasileira - OCB ou União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES) e que são inicializados por órgãos de apoio e instituições que se apegam às experiências anteriores para construção de novas cooperativas. O divisor de águas nessa concepção seria o que os autores caracterizam como catalisadores da agência humana que atuam similarmente aos motores de performatividade crítica dando vida à estrutura criada.

Essa nova compreensão das cooperativas sob a ótica da performatividade crítica permite levantar pressupostos relevantes sobre a forma como suas práticas organizacionais são construídas, mantidas e transformadas (Shanahan, 2025). A atuação das cooperativas, especialmente quando apoiadas por iniciativas como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), revela uma dimensão performativa que não apenas reproduz estruturas organizacionais alternativas, mas também desafia a lógica dominante do capitalismo, criando espaços de experimentação e transformação social (Just; De Cock; Schaefer, 2021; Manning, 2025).

Nesse sentido, a performatividade crítica se manifesta como prática concreta — seja pela organização do trabalho, pela governança horizontal ou pelas estratégias de solidariedade ativa — sustentando-se por meio da capacitação contínua, da articulação política e da produção de novos sentidos econômicos (Colin, 2022; Naylor, 2022). Essas práticas não apenas consolidam formas alternativas de organização, mas também performam valores éticos e coletivos que apontam para a construção de outros futuros possíveis (Grasseni, 2024).

Uma ameaça a esta direção performativa pode ser encontrada no tipo de parcerias constituídas para manutenção das estruturas. Leca, Gond e Cruz (2014) identifica-se uma tendência dos empreendimentos a aderirem a certos apoios institucionais para garantia de sua continuidade. Tal cenário pode evidenciar certas fragilidades de um movimento que sempre está à espera de um motor de performatividade crítica que garanta a manutenção e o equilíbrio dos princípios cooperativistas em face da dificuldade de prosseguir somente pela articulação democrática e interesses dos grupos envolvidos. Por outro lado, as contribuições de Paranque e Willmott (2014) alertam os sentidos para possibilidades reais de uma desarticulação do movimento que de fato não consegue se equilibrar e assume sua vertente econômica como superior a vertente social, cedendo espaço para uma descaracterização da razão de ser da cooperativa bem como uma tentativa de execução de performatividade crítica, mas que de fato acaba se encontrando na constante busca pela performance tradicional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa pode ser caracterizada a partir de uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa) e exploratório-descritiva por trazer à tona, a partir da exploração dos dados coletados, maior familiaridade com as ITCPs brasileiras, bem como sua forma de

atuação. Justifica-se aqui a escolha desses *locus* de pesquisa, pois há certa necessidade nos estudos organizacionais em ultrapassar as diretrizes funcionais de análise, permitindo lançar luz sobre formas de organizações diferenciadas que muito podem revelar sobre o cotidiano organizacional, práticas de gestão, comportamento, bem como levar a reflexões mais coerentes da vida humana a partir de processos simbólicos (Morgan; Frost; Pandy, 1983; Turner, 1990).

Segundo dados da Rede ITCP (2017) no Brasil 62 incubadoras estão vinculadas à rede, todavia não se tem conhecimento do número de membros em cada uma delas. Assim para realização desse estudo, optou-se pela utilização de uma amostra não probabilística do tipo amostra bola-de-neve, pois conforme enfatizado por Hair (2005) este tipo de amostra permite a identificação de respondentes iniciais (no caso os coordenadores das ITCPs) para posteriormente identificar os demais membros da população alvo.

Para coleta de dados, elaborou-se de um questionário on-line construído pela plataforma Google Formulários, enviado por e-mail a todos os coordenadores de incubadoras e quando se tiveram informações, aos demais membros das ITCPs. Após o recebimento do questionário, os coordenadores encaminharam aos seus membros. Como o questionário foi produzido pela plataforma Google Formulários, foi possível acompanhar o andamento das respostas. O questionário foi estruturado da seguinte forma: o primeiro bloco do questionário contou com 6 questões de caracterização dos respondentes; os tópicos subsequentes envolveram 11 questões em escala Likert de 5 pontos, acerca do potencial de criação e manutenção dos empreendimentos e; o último bloco abordou 3 questões discursivas (sem limites de palavras) sobre aspectos de capacitação e as principais dificuldades dos empreendimentos e das ITCPs.

Para a análise dos dados quantitativos, utilizou-se inicialmente de análise descritiva dos dados no intuito de compreender o perfil dos respondentes. Posteriormente utilizou-se da técnica multivariada de dados conhecida como análise discriminante. De acordo com Corrar, Paulo e Dias Filho (2009, p. 234) essa técnica permite auxiliar e “identificar quais as variáveis que diferenciam os grupos e quantas dessas variáveis são necessárias para obter a melhor classificação dos indivíduos de uma determinada população”. Assim, a análise estatística tornou-se possível, a partir do uso do software IBM SPSS® - Statistical Package for Social Sciences – versão 2.1.

Ao total foram obtidas 64 respostas válidas de 27 universidades. Os dados foram minerados, padronizados e inseridos no software. Após análise, foi possível agrupar os respondentes em Coordenadores, Estudantes e Técnicos, compondo assim os subgrupos da variável dependente, conforme especificado no Quadro 1:

Quadro 1 - Caracterização da variável dependente

Variável	Categorização	Código
Dependente (Membros Internos das ITCPs)	Professor Coordenador ou professor vinculado; Supervisor	Coordenadores
	Estudantes Bolsista; Voluntário (Estudante mas não bolsista); Bolsista Recém-formada; Estudante Bolsista e Coordenadora	Estudantes
	Bolsista Técnico; Colaborador Externo; Coordenador Operacional de Projetos; Ex Técnico Bolsista; Técnico Administrativo Colaborador; Técnico de Campo; Técnico em Assuntos Educacionais	Técnicos

Fonte: Elaboração Própria (2021).

Para a construção das variáveis independentes, foram considerados dois constructos: “Criação” e “Manutenção” emersos das contribuições teóricas que sustentam esse estudo. Para cada constructo foram utilizadas questões específicas, que depois de categorizadas para inserção no software, foram caracterizadas com códigos como apresetado no Quadro 2:

Quadro 2 - Caracterização das variáveis independentes

Variável	Constructo	Questão	Código
Independente (Percepções dos Membros Internos)	Criação	A ITCP que estou vinculado tem potencial para atrair interessados em iniciar empreendimentos que se aproximam dos propósitos da Economia Solidária	Potencial_Atração
		A ITCP que estou vinculado conta com um grupo de trabalho capacitado para auxiliar os Empreendimentos Econômicos Solidários	GT_Capacitado
		A ITCP que estou vinculado tem potencial para capacitar grupos interessados em iniciar Empreendimentos Econômicos Solidários	Capacitar_NG
		Na ITCP que estou vinculado existem espaços de capacitação para os membros internos	Capacitação_Interna
		Como membro da ITCP, me considero com conhecimento suficiente para atender às demandas dos grupos formados pelos Empreendimentos Econômicos Solidários	Conhecimento_Suf

Variável	Constructo	Questão	Código
Independente (Percepções dos Membros Internos)	Manutenção	Na ITCP que estou vinculado há acompanhamento periódico dos empreendimentos econômicos solidários	Acompanhamento
		Na ITCP que estou vinculado há preocupação com as demandas dos membros ligados aos empreendimentos	Demandas_EES
		Na ITCP que estou vinculado são oferecidos espaços de capacitação para os membros dos empreendimentos	Capacitação_EES
		Na ITCP que estou vinculado existem formas de comunicação com membros dos empreendimentos que facilitam o acompanhamento das ações e demandas destes grupos	Comunicação_EES
		Os recursos (financeiros, infraestrutura, tecnológicos e etc) disponíveis na incubadora, facilitam o acompanhamento e auxílio aos empreendimentos	Recursos
		As demandas dos grupos já constituídos são na maioria das vezes, solicitadas pelos próprios membros dos empreendimentos.	Solicitações_EES

Fonte: Elaboração Própria (2021).

De forma complementar, para análise dos dados qualitativos do questionário utilizou-se da análise de conteúdo do tipo direta conforme definido por Rossi, Serralvo e João (2014). Para estes autores este tipo de análise é utilizado ao passo em que existem teorias incompletas sobre determinado campo de investigação ou quando se pretende compreender um fenômeno já conhecido, porém, com maior densidade. Para operacionalização da análise de conteúdo, desenvolveram-se três categorias principais, fundamentadas pelas perguntas discursivas do questionário conforme descrito no Quadro 3. A partir da leitura dos discursos dos respondentes, tornou-se possível criar códigos que aproximavam as respostas, evidenciando trechos das respostas plausíveis de interpretações.

Quadro 3 - Categorias e Fundamentação da Análise de Conteúdo

Categoria Central	Questão de Fundamentação
Espaços de Capacitação	Em relação aos espaços de capacitação, quais foram as formas utilizadas na ITCP em que você está vinculado (membros internos, membros externos, outras ITCPs e etc)? Explique.
Dificuldades Internas	Em relação às dificuldades enfrentadas pela ITCP, qual(is) você considera mais complexas? Explique.

Categoria Central	Questão de Fundamentação
Dificuldades dos EES	Em relação às dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos econômicos solidários incubados pela ITCP que você está vinculado, qual(is) você considera mais complexa(s)? Explique.

Fonte: Elaboração Própria (2021).

No intuito de assegurar a não identificação dos respondentes, estes foram agrupados e codificados conforme descrito no Quadro 4:

Quadro 4 - Grupos de respondentes e códigos desenvolvidos

Grupo	Respondente	Códigos
Coordenadores	Professor Coordenador ou professor vinculado;	PCV
	Supervisor	SUP
Estudantes	Estudantes Bolsista	ESB
	Voluntário (Estudante mas não bolsista)	ESV
	Bolsista Recém-formada	BRF
	Estudante Bolsista e Coordenadora	EBC
Técnicos	Bolsista Técnico	BOT
	Colaborador Externo	COE
	Coordenador Operacional de Projetos	COP
	Ex Técnico Bolsista	ETB
	Técnico Administrativo Colaborador	TAC
	Técnico de Campo	TEC
	Técnico em Assuntos Educacionais	TAE

Fonte: Elaboração Própria (2021).

ANALISANDO OS HIATOS ENTRE OS GRUPOS

Para realização da análise discriminante tornou-se imperativo inicialmente traçar um perfil dos respondentes analisando assim os dados de forma descritiva, visando a adequação para posterior desenvolvimento da técnica

Nessa técnica de análise de dados multivariados, o primeiro passo a ser realizado foi a identificação de diferenças significativas entre as variáveis de cada grupo. Os dados referentes a tal análise estão dispostos na Tabela 1:

Tabela 1 – Testes de igualdade de médias de grupo

	Lambda de Wilks	F	df1	df2	Sig.
Potencial_Atração	,970	,954	2	61	,391
GT_Capacitado	,995	,159	2	61	,853
Capacitar_NG	,993	,215	2	61	,807
Capacitação_Interna	,892	3,684	2	61	,031
Conhecimento_Suf	,846	5,533	2	61	,006
Acompanhamento	1,000	,008	2	61	,992
Demandas_EES	,995	,145	2	61	,865
Capacitação_EES	,982	,563	2	61	,573
Comunicação_EES	,978	,697	2	61	,502
Recursos	,994	,186	2	61	,831
Solicitações_EES	,989	,350	2	61	,706

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Conforme os dados da Tabela 1, observa-se que algumas variáveis apresentam diferenças significativas entre os grupos. A variável que possui o melhor poder de discriminação entre os grupos é a variável intitulada “Conhecimento_Suf”, uma vez que apresenta o menor valor da estatística de Lambda de Wilks (0,846) e o maior valor do teste F-ANOVA (5,533) (significância $<0,05$). A segunda variável candidata à composição da função discriminante e paralelamente caracterizada como um fator de diferenciação dos grupos é a variável intitulada “Capacitação_Interna”, pois apresenta o segundo menor valor da estatística de Lambda de Wilks (0,892) e o segundo maior valor do teste F-ANOVA (3,684) (significância $<0,05$).

Em contrapartida às variáveis anteriormente citadas, que são candidatas à composição da função discriminante, a variável “Acompanhamento” é a pior tanto em termos do Lambda de Wilks quanto do teste F-ANOVA. Conforme salientado por Hair *et al.* (2009) estes testes indicam individualmente a habilidade da variável para identificar formas de separar os grupos. A questão sobre o acompanhamento periódico aos EES é percebida de forma homogênea entre os respondentes, os quais sinalizam que a maioria das incubadoras monitora constantemente os empreendimentos não os deixando à mercê de suas demandas. Todavia, para compor este teste estatístico, esta variável, assim como as demais que apresentam significância maior que 0,05 não irão compor a função discriminante. Como não obtiveram significância estatística, não se pode fazer generalizações com seus valores, mas apenas sinalizar que tais variáveis indicam o caminho para novas investigações.

O segundo passo é a verificação de igualdade entre as matrizes de covariância. Com o teste conhecido como M de Box é possível compreender a violação ou não de tal pressuposto conforme apresentado na Tabela 2:

Tabela 2 - Teste de M de Box

	M de Box	6,849
F	Aprox.	1,086
	df1	6
	df2	51062,911
	Sig.	,368

Testa hipótese nula de matrizes de covariâncias de população igual.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

O teste M de Box considera duas hipóteses a serem investigadas: H_0 = Grupos Homogêneos (p -value > 0,05) e H_1 = Grupos não homogêneos (p -value < 0,05). Como o p -value é 0,368 e maior que o nível de significância (0,05) não se rejeita H_0 . Dessa forma, conclui-se que os grupos apresentam homogeneidade nas matrizes de covariância, o que permite a continuidade da análise discriminante.

Após a verificação dos pressupostos, o software testa as variáveis que possuem o maior poder discriminante para compor a função discriminante final. A Tabela 3 traz o Autovalor e a Correlação Canônica que representam respectivamente o quanto os grupos são diferentes da função discriminante e a correlação entre o grupo de variáveis discretas e discriminantes.

Tabela 3 - Autovalor e Correlação Canônica

Função	Valor próprio	% de variância	% cumulativa	Correlação canônica
1	,182 ^a	60,2	60,2	,392
2	,120 ^a	39,8	100,0	,328

As primeiras 2 funções discriminantes canônicas foram usadas na análise

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

De acordo com os dados da Tabela 3, é possível identificar a tentativa de construção de duas funções discriminantes. Como apontado por Hair *et al.* (2009) em casos de análises sobre 2 grupos é gerada uma função discriminante, no caso de 3 grupos são geradas 2 funções discriminantes e assim sucessivamente. Dessa forma, em relação ao autovalor, observa-se a primeira função corresponde a 60,2% de explicação e a segunda 39,8% de explicação no que tange a diferenciação entre os grupos. Sobre a correlação canônica é preciso elevar o valor ao quadrado para verificar o quanto a função explica a discriminação entre os grupos (Hair *et al.*, 2005). Observa-se então, que a primeira função detém de 15,4% de potencial explicativo e a segunda 10,8%. A correlação canônica indica que as funções possuem poder de discriminação moderado, embora com capacidade limitada de explicação da variância entre os grupos.

De forma paralela, é necessário analisar o valor do Lambda de Wilks, pois – segundo Corrar, Paulo e Dias Filho (2009, p.256) – esse teste tem o intuito de “avaliar se o modelo consegue separar e classificar bem os grupos”. A análise pode ser visualizada na Tabela 4:

Tabela 4 - Lambda de Wilks

Teste de funções	Lambda de Wilks	Qui-quadrado	df	Sig.
1 até 2	,755	16,987	4	,002
2	,893	6,881	1	,009

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

De acordo com a Tabela 4 é possível identificar que o p-value de 1 até 2 funções ou exatamente 2 funções leva a aceitar a hipótese de que a média desses grupos não são iguais uma vez que seus valores são menores que 0,05. Esse resultado indica que ambas as funções discriminantes são estatisticamente significativas. No entanto, considerando o baixo número de variáveis com significância individual, compreende-se que apenas a primeira função seja suficiente para explicar as diferenças entre os grupos.

O próximo passo da análise é a verificação das respectivas classificações de Fischer no qual são apresentados os escores de cada grupo em relação às funções discriminante geradas, conforme apresentado na Tabela 5:

Tabela 5 - Coeficientes de função de classificação

	Vínculo		
	Coordenadores	Estudantes	Técnicos
Capacitação_Interna	5,247	4,994	4,318
Conhecimento_Suf	7,047	5,872	6,819
(Constante)	-28,089	-22,196	-23,566

Funções discriminantes lineares de Fisher.

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Observando os respectivos coeficientes é possível compreender as variáveis que exercem maior poder discriminante em cada grupo. Pelas análises realizadas anteriormente foi possível observar que nenhuma das variáveis presentes no constructo “Manutenção” obtiveram significância estatística sendo impossível analisá-las no prisma quantitativo. Para as variáveis que obtiveram significância no constructo “Criação”, a Tabela 5 evidencia a percepção de cada grupo em relação aos espaços de capacitação internos e a autopercepção sobre o conhecimento suficiente para atender os diferentes EES.

A função discriminante aponta que os coordenadores percebem melhor os espaços internos de capacitação que os demais membros, conforme demonstrado pelo maior valor do coeficiente. Esse resultado pode apontar que as formas de capacitação podem estar vinculadas aos próprios professores e ou coordenadores, ficando os demais membros familiarizados com as mesmas capacitações e percebendo-as em menor grau.

De forma paralela e complementar os coeficientes presentes na variável “Conhecimento_Suf” revelam que os Estudantes sinalizam terem menor conhecimento para atender aos

grupos e os Coordenadores maior. Tais dados evidenciam que há um descompasso na capacitação interna dos membros, pois ao passo que ao se apresentarem para um EES, todos os membros se identificam como pertencentes ao quadro funcional da ITCP, em tese, não deveriam existir assimetrias de conhecimento em relação à percepção de conhecimento. Esse resultado sugere que os cursos internos de formação podem não estar atingindo plenamente seus objetivos quanto à uniformidade da capacitação dos membros.

Todavia, dado o conhecimento adquirido pelos coordenadores em experiências enquanto alunos participantes da ITCP no período de graduação, investigações científicas sobre Economia Solidária, participação em fóruns etc., esse fator pode explicar o resultado. Os Técnicos que frequentemente estão inseridos no campo, avaliam-se com maior conhecimento do que os estudantes. Nota-se então que há uma dificuldade de alinhamento das propostas entre os grupos, necessitando de novas formas de planejamento interno para depois pensar em atender aos grupos.

Com base nas descobertas apresentadas, torna-se evidente que a assimetria na percepção de conhecimento entre os membros da ITCP – especialmente entre Estudantes e Coordenadores – revela um descompasso que compromete a efetividade das ações voltadas aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Tal discrepância pode ser interpretada à luz da literatura sobre performatividade crítica e práticas de solidariedade. Grasseni (2024) contribui diretamente ao demonstrar como a territorialização de saberes no ativismo de economia solidária evidencia desigualdades na apropriação das competências entre diferentes atores. Da mesma forma, Alharbi e Rucker (2023) abordam como práticas discursivas performativas constroem e mantêm hierarquias sutis em contextos que, em tese, deveriam prezar pela horizontalidade, como as ITCPs.

De forma complementar, a percepção de maior conhecimento por parte dos Coordenadores, possivelmente influenciada por trajetórias acadêmicas e engajamento prévio em fóruns e pesquisas, pode indicar, como defendido por Naylor (2022), que a solidariedade se manifesta de forma diferenciada a partir da posição ocupada dentro do campo. Por fim, Just, De Cock e Schaefer (2021) sugerem que o alinhamento entre diferentes grupos em organizações alternativas requer uma constante negociação entre antagonismo e aliança, o que se mostra urgente no caso analisado, dada a dificuldade de convergência entre técnicos, estudantes e coordenadores.

Assim, essas contribuições reforçam, como apontado por Alakavuklar (2024), a necessidade de repensar os cursos internos de formação sob uma perspectiva crítica e integradora, emersas de um maior ativismo dos seus membros, capaz de reduzir assimetrias e fortalecer o compromisso coletivo na atuação junto aos EES.

OS ESPAÇOS DE CAPACITAÇÃO E O APROVEITAMENTO DE RECURSOS

Conforme relatado pelos respondentes várias formas de capacitação acontecem no âmbito de formação nas ITCPs como participação em seminários, grupos de estudo, cursos, oficinas e intercâmbios, como evidenciados no discurso abaixo:

A cada 15 dias a equipe se reúne para fazer formação com todos os membros. Os temas das formações são definidos previamente pelo núcleo de formação, que também planeja a metodologia e o formato (debates, filmes, rodas de conversa, etc). [...] (BRF).

Para membros internos temos espaços autogestionários, intercâmbios, organização e execução de cursos de capacitação, participação em seminários, eventos como a Troca de Saberes, grupos de estudos, participação nas disciplinas economia solidária 1 e 2, empreendedorismo social e desenvolvimento local e políticas públicas. Para membros dos empreendimentos temos a capacitação a partir da prática na gestão dos empreendimentos, espaços de comercialização com organização autogestionária, intercâmbios, seminários, capacitação para melhoria dos produtos, participação na elaboração e execução de políticas públicas (BOT).

Como evidenciado no discurso de BRF há uma valorização dos próprios membros internos para o desenvolvimento das capacitações. O discurso evidencia ainda que há uma preocupação com a periodicidade das capacitações. O discurso de BOT ampliar essa valorização dos recursos da própria ITCP ao enfatizar a importância de capacitação via disciplinas e dos intercâmbios com outras incubadoras. Além disso, o discurso revela a preocupação que a incubadora tem na capacitação dos empreendimentos.

Ampliando as formas de aproveitamento dos recursos da própria incubadora, os discursos abaixo apresentam tais perspectivas:

As formas utilizadas são através dos próprios membros da incubadora, de membros externos, em parceria com outras incubadoras e com trabalhadores dos próprios empreendimentos através do que chamamos de intercâmbio entre empreendimentos, onde membros de empreendimentos existentes capacitam membros de empreendimentos iniciantes (TEC).

Há um misto de formas. Geralmente há capacitação com os professores ou outros membros da ITCP, antigos integrantes, ou com convidados, dependendo das demandas. Além disso, considera-se espaço de capacitação a participação em eventos científicos ou encontros da Rede de ITCPs (PCV).

Como apresentado no discurso de TEC e PCV há constantemente uma valorização dos membros internos principalmente a partir da capacitação via professores. Tal dado corrobora com a perspectiva apontada na análise discriminante que sinaliza a possibilidade de ocorrência de tal fato. De forma complementar, a possibilidade de intercâmbio também se faz presente para compartilhamento de conhecimento via parcerias com outros membros.

Como enfatizado por Alakavuklar (2024), a construção de pontes entre diferentes saberes e identidades é uma prática performativa essencial ao engajamento crítico, especialmente em contextos que buscam transformar estruturas sociais. Neste caso, recorrer à membros vistos como mais capacitados pode garantir uma segurança na formação, ou promover o que Alharbi e Rucker (2023) caracterizam como desigualdades simbólicas. Torna-se necessário então, uma constante troca de experiências, formações e aprendizados, promovendo uma solidariedade mais pedagógica e performativa (Colin, 2022).

AS DIFICULDADES INTERNAS LATENTES

Em relação às dificuldades enfrentadas pelas incubadoras, inúmeras foram as respostas que apontaram perspectivas próximas aos discursos abaixo:

As dificuldades podem ser classificadas como de três tipos: financeiras, de manutenção das parcerias e o excesso de burocracia das universidades públicas. O primeiro tipo de dificuldade ocorre pelos poucos recursos disponibilizados para o financiamento das incubadoras e dos empreendimentos, seja por parte do governo seja do setor privado, o primeiro agravado no governo Temer, que entre outras coisas praticamente acabou com o PROEXT e não valoriza outros programas como o PRONINC. O segundo tipo de dificuldade ocorre devido àquelas apontadas pelos próprios parceiros que alegam redução dos recursos financeiros para manter o apoio e o acompanhamento dos empreendimentos, como ocorre com o SEBRAE e o SESCOOP. No último tipo de dificuldade, o excesso de burocracia da [universidade], como as demais de suas congêneres, atrasa o alcance dos objetivos de vários processos de incubação [...] (PCV).

O discurso revela uma insatisfação para além da questão financeira no que tange seu impacto na incubadora. A valorização do PRONINC é vista como essencial para aperfeiçoamento das incubadoras e garantia da manutenção dos EES criados, todavia, os cortes orçamentários do atual Governo Federal têm inviabilizado várias ações.

A burocracia das universidades federais também é apontada como um fator que atrasa o desenvolvimento tanto da ITCP quanto dos empreendimentos e que também é enfatizado em outros discursos:

A burocracia na execução dos recursos e a falta de financiamentos que permitam uma ação mais efetiva e a longo prazo (TAC).

Sustentabilidade das ações da ITCP e burocracia interna da universidade para executar os recursos adquiridos. (TEC)

Burocracia da Universidade [...] (PCV).

Escassez de recursos, burocracia institucional e alta rotatividade das equipes de incubação dos EES. Esses são os problemas que, em geral têm os impactos mais significativos no trabalho junto aos grupos, pois criam rupturas bruscas no processo de incubação, gerando desgaste na relação entre equipe de incubação e grupos incubados, além de afetar a produtividade dos empreendimentos (no caso de demora na compra de materiais e equipamentos, em função da burocracia) e prejudicar o planejamento de ações a médio e longo prazo. (BRF).

Como exposto nos discursos acima, a percepção de dificuldade resvala diretamente na burocracia pelas universidades que estão vinculados ou pelos órgãos de fomento em relação ao repasse de recursos. De forma paralela é notória a preocupação em relação a alta rotatividade de estudantes que, como demonstrado no discurso de BRF, impactam na atuação da incubadora e na continuidade do trabalho.

Na visão estritamente do grupo de alunos é notória a preocupação com a conciliação das atividades da incubadora com o curso no qual estão vinculados, mas os discursos evidenciam preocupações para além das dificuldades internas:

Falta de recursos financeiros pela Universidade, dificuldades de articulação por parte dos empreendimentos acompanhados pela ITCP (desinteresse dos membros de cooperativas e associações), dificuldade por parte dos cooperados em entender e aplicar na prática os princípios da economia solidária (ESB).

Uma dificuldade que enfrento é conseguir conscientizar um grupo incubado acerca dos preceitos da economia solidária, por questões de rotatividade no grupo. (ESV)

Atualmente as dificuldades financeiras são as mais latentes, que precarizam nosso trabalho e diminuem sua qualidade. Em geral, há uma dificuldade em trabalhar com um público bastante vulnerável pelo fato de lidarmos com realidades imprevisíveis dos membros dos empreendimentos (EBC).

Como compartilhado nos discursos de ESB, ESV e EBC há uma preocupação direta com as dificuldades de capacitação dos grupos que estão atendendo, quer seja pela difícil compreensão do fenômeno da Economia Solidária ou pela vulnerabilidade social e econômica desses grupos. Segundo Alcântara (2005) a falta de familiaridade com os valores da Economia Solidária e a forma de gestão e execução do trabalho pelos membros dos EES, pode ser vista como um fator que dificulta a institucionalização de práticas cooperativas uma vez que estes não têm muitas vezes históricos em organizações democráticas tampouco compartilhamento de resultados.

Relacionando tal fato com os resultados da análise discriminante, observa-se que o menor valor de conhecimento suficiente dos estudantes pode estar associado à dificuldade de capacitação dos grupos nos empreendimentos.

AS DIFICULDADES DOS EES: DA GESTÃO À ASSIMILAÇÃO DO MOVIMENTO

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos EES, cabe aqui ressaltar que não foram entrevistados os membros dos empreendimentos e sim os membros das incubadoras que atendem tais grupos. Na visão dos coordenadores, há problemas específicos e difíceis de solução como expostos nos discursos abaixo:

As dificuldades se referem a problemas de trabalho coletivo, romper com a lógica do individualismo e problemas mais ligados à comercialização dos produtos, e conseqüentemente a geração de renda. (PCV).

A questão dos valores hegemônicos (...), em virtude de que estes conflitam com os professados pela Economia Solidária. Por vezes, a lógica neoliberal do empreendedorismo, encobrendo uma discussão sobre o desemprego como fator estrutural na lógica capitalista, atua como um discurso sedutor para muitos dos membros de empreendimentos econômicos solidários, que acabam se inserindo nas iniciativas da Eco-

nomia Solidária de maneira instrumental. Assim, a busca pela viabilidade econômico-financeira por meio da proposta da Economia Solidária acaba sendo confundida com o chamado empreendedorismo o que, embora se explique pela necessidade concreta de sobrevivência dos membros dos grupos, constitui um grande desafio à equipe da ITCP no sentido de sensibilização dos grupos para os valores solidários (PCV).

Os discursos evidenciam lógicas distintas, porém complementares. Como evidenciado pelos coordenadores, há uma dificuldade de compreensão do que realmente a Economia Solidária se propõe a estes grupos. Como evidenciado na categoria anterior, os membros internos ainda têm dificuldades no que tange à capacitação dos grupos e esses grupos têm dificuldades de assimilação do que realmente seja a proposta da Economia Solidária. O segundo discurso enfatiza a confusão frequente desses membros com o Empreendedorismo que trabalha em uma lógica distinta da ideologia das ITCPs e muitas vezes torna-se um entrave para institucionalizar os ideais da Economia Solidária nos grupos.

Na percepção apontada pelo grupo de estudantes, além da dificuldade de compreensão da Economia Solidária, há dificuldades dos grupos em relação às formas de gestão dos empreendimentos:

(...) saber lidar com as pessoas vinculadas, evitar conflitos, abrir a mente das pessoas quanto a situação atual, saber colocar preços justos e que chamem as pessoas, divulgar [o empreendimento] nos pontos de venda, trazer as pessoas mais pra perto (ESB).

Distância dos empreendimentos dos consumidores e de outros empreendimentos. Problemas sócio-econômicos dos produtores dos empreendimentos. Questão da certificação. Diálogo entre todos os empreendimentos e, também, com os consumidores envolvidos no processo (ESB).

Os discursos acima demonstram que as questões ligadas à gestão ainda representam um entrave para continuidade dos empreendimentos. Tais questões provavelmente estão ligadas não somente à falta de familiaridade com a Economia Solidária, mas nesse caso, principalmente à falta de prática com a autogestão do empreendimento, visto que nesse modelo os próprios membros são responsáveis tanto pela produção como pela comercialização de seus produtos, estabelecendo estratégias coletivas que ultrapasse o individualismo. Conforme apontado por Paranque e Willmott (2014), essas práticas especiais desenvolvidas pelos grupos e específicas desse movimento, podem ser entendidas como práticas de performatividade crítica, à medida que reconfiguram a orientação convencional, direcionando seus atores à busca de resultados para além do ganho econômico.

Além dessas questões, um discurso deve ser aqui evidenciado em relação ao papel da incubadora para com os EES:

Descaso da própria sociedade; dificuldade econômica; alguns possuem alta dependência da incubadora (ESB)

O discurso acima sinaliza não somente os problemas de legitimidade social e dificuldade econômica dos grupos, mas, um problema latente dos grupos que é a dependência da

incubadora. Esses grupos ao passo que são incubados têm muitas dificuldades de se desincubarem e assumirem de fato a autonomia do empreendimento. Tal aspecto é preocupante à medida que os espaços de capacitação externos não capacitam de fato os membros para gerirem o próprio negócio.

Por fim, o grupo de Técnicos aponta para um novo perfil de dificuldades que tende a gerar grandes impactos no funcionamento dos empreendimentos:

Acredito que a ITCP precisa conhecer um pouco mais as demandas das associações de empreendedores para que as capacitações sejam mais efetivas. Algumas capacitações são repetitivas, outras não são tão pertinentes. É preciso checar a demanda de cada associação de empreendedores e sobretudo incentivar a regulamentação e o bom funcionamento das associações. Focar na melhoria da qualidade dos produtos para que os mesmos não estejam vinculados somente a imagem de produtos solidários, mas a produtos de qualidade. Também é necessário fazer um trabalho de conscientização a respeito importância da participação e envolvimento dos empreendedores nas associações (COE).

Dificuldade de comercialização, muitos conflitos de relacionamento, incubação feita sem ter a emancipação como embasamentos, gerando dependências (como na redação de projetos) (ETB).

A mais complexa é o EES não fazer na prática os princípios da economia solidária (COP).

O desenvolvimento do trabalho em redes (TAE).

O discurso de COE apesar da riqueza de informações gera um desalinhamento com a percepção do grupo de professores ao apontar os EES como “associações de empreendedores” ou “empreendedores”, no entanto, considera-se aqui a crítica feita às formas de aproximação e capacitação da ITCP aos empreendimentos. Essa dificuldade de conhecimento das demandas reais vivenciadas pelos empreendimentos pode impactar na dificuldade de emancipação dos grupos (como apontado no discurso de ETB) uma vez que estes ficam à deriva de capacitações que são demandadas para eles e não demandadas por eles.

De forma paralela os discursos de COP e TAE se complementam uma vez que enfatizam que os princípios da Economia Solidária não são desenvolvidos na prática como, por exemplo, a articulação em redes. A formação de redes é vista por Mance (2009) como a prática da intercooperação para fortalecimento e crescimento contínuo dos grupos, pois à medida que se encontram fragilidades nesse campo, difíceis são as chances de longevidade nas relações e na continuidade do empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse estudo mais do que se configurar como um conjunto de métricas e formas de análise de percepções, tem como finalidade abrir novos horizontes de investigações no

campo dos estudos organizacionais para organizações que muitas vezes são negligenciadas pelas lentes convencionais de análise. Trazer à luz a realidade das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares é um exercício de reflexão e reinterpretação quanto à adoção unificada de discursos e práticas que não se orientam pelo *mainstream* ferramentário constantemente difundido na academia. Todavia, não se acredita que as incubadoras habitem em um lócus suspenso à parte das estratégias de gestão, mas, como proposto por Spicer, Alvesson e Kärreman (2009) estas organizações praticam diariamente a performatividade crítica por se rearranjarem em lógicas para além da performance econômica.

Fundamentado nas análises apresentadas, esse estudo revelou-se que o constructo *criação* mostra-se dotado de diferentes percepções entre Coordenadores, Estudantes e Técnicos principalmente no que concernem os espaços de capacitação interna e a autoavaliação de conhecimento suficiente para atender aos empreendimentos. Esses resultados apontam para a necessidade de maior preparação interna entre os membros para posteriormente se apresentarem aos grupos e atenderem suas respectivas demandas.

Em relação ao constructo *manutenção*, a não significância das variáveis impediu análises quantitativas, mas abriu precedentes para interpretações das respostas discursivas. Os discursos revelaram que para garantir a manutenção dos empreendimentos e consequentemente o formato organizacional fundamentado nos valores da Economia Solidária, os membros internos precisam ampliar os espaços de capacitação para de fato atenderem às perspectivas individuais de capacitação e posteriormente diminuir as barreiras com os públicos atendidos. A assimilação dessa outra forma de compreensão das relações econômicas e sociais é notada com dificuldade principalmente entre estudantes que, por se entenderem com menor percepção de conhecimento, tem dificuldades para clarificar o conteúdo para membros dos EES e, pelos técnicos, que ainda confundem esta proposta com o empreendedorismo.

De forma paralela, as dificuldades encontradas pelos membros revelam preocupações centradas no constante corte de investimentos do Governo Federal em relação ao PRONINC, a burocracia das universidades para aprovação de projetos e a alta rotatividade nas incubadoras que impedem em graus semelhantes, a continuidade e sustentabilidade do trabalho.

No que tange as dificuldades dos empreendimentos, nota-se que de fato a não assimilação dos propósitos da Economia Solidária tem impacto direto na gestão pelos próprios membros, criando assim uma dependência contínua da incubadora e, ao passo que os recursos são diminuídos, o trabalho tanto das ITCPs quanto dos trabalhadores dos EES também fica comprometido. Essas dificuldades latentes ainda que estejam inseridas em um cenário macroeconômico e assim fora de controle das referidas organizações, impactam diretamente na solução dos problemas de capacitação apontado nas percepções dos respondentes, uma vez que por utilizarem dos recursos humanos e tecnológicos da própria instituição, encontram-se com dificuldades de arcarem com despesas advindas para capacitação em outros espaços.

Por fim, cabe aqui destacar que há necessidade dos grupos de coordenadores das ITCPs de reavaliarem o trabalho executados por eles próprios, pois à medida que estão envolvidos

com as atividades de liderança e demais atividades da universidade, podem não perceber as fragilidades internas do grupo de trabalho e se distanciarem ainda mais das reais demandas dos empreendimentos.

De forma paralela, os Técnicos contratados para os projetos devem se alinhar ao perfil da incubadora e auxiliarem no compartilhamento dos valores da Economia Solidária, atuando principalmente de forma prática na complementação das capacitações iniciadas muitas vezes pelos grupos de Estudantes.

Tais considerações além de evidenciarem o desalinhamento de percepções internas dos membros das ITCPs permitem adentrar um pouco mais no obscuro cenário das organizações que se desenvolvem no bojo das universidades. Novos estudos que apontem perspectivas dos grupos de trabalho, o papel desempenhado, a contribuição acadêmica, as formas de compartilhamento de recursos, dentre tantas outras pautas, podem ampliar o debate e iluminar o caminho para investigações mais densas.

De forma complementar e já assumindo aqui a fragilidade desse estudo, estudos que ouçam as percepções dos membros dos EES em relação às formas de capacitação, os mecanismos de gestão, a assimilação da Economia Solidária e suas principais demandas, também podem complementar esse quadro, permitindo um contrabalanceamento de percepções entre os discursos dos membros das incubadoras e as reais percepções dos membros dos empreendimentos.

REFERÊNCIAS

ALAKAVUKLAR, O. N. An attempt to become an-Other critical scholar: Bridging as 'activist performativity'. *Management Learning*, [s.l.], v. 55, n. 2, p. 329–344, 12 abr. 2024.

ALCÂNTARA, F. H. C. *Economia Solidária: o dilema da institucionalização*. São Paulo: Arte e Ciência, 2005, 170p.

ALHARBI, A.; RUCKER, M. Discursive practices of the performative theory of solidarity discourse. *Language Sciences*, [s.l.], v. 95, p. 101515, jan. 2023.

ATAUALPA, L. D. O. Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: um caso brasileiro. *Otra Economía*, [s.l.], v. 6, n. 10, 23 out. 2012.

BARROS, J. F. de. *Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: projeto societário e projeto educativo*. 2003. Mestrado (Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

BRASIL. *Decreto nº 7.357, de 17 de Novembro de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7357.htm. Acesso em: 10 ago. 2017.

COLIN, N. Performing Solidarity. *Performance Research*, Niterói-RJ: v. 27, n. 5, p. 111–124, 4 jul. 2022.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (coord.). *Análise Multivariada: para cursos de administração, ciências contábeis e economia*. São Paulo: Atlas, 2009.

CRUZ, A. É caminhando que se faz o caminho diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. *Cayapa. Revista venezolana de Economía Social*, Niterói-RJ: v. 4, n. 8, 2004.

FINEP. *PRONINC*. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/proninc>. Acesso em: 10 ago. 2017.

FRANÇA FILHO, G. C; CUNHA, E. V. da. Incubação de redes de economia solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Rio de Janeiro: Almedina Brasil: 2009.

GRASSENI, C. Re-territorialising skills? Insights from ethnography on solidarity-economy food activism. *Sustainability Science*, 12 jul. 2024.

GUERRA, A. C. *Gestão das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.pdf*. 2008. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, 2008.

HAIR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A.; SAMOUEL, P. *Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. *Análise Multivariada de Dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

ITCP-USP. *A rede de ITCPs*. <http://www.itcp.usp.br/?q=node/13>. Acesso em 17 de Julho de 2017.

JUST, S. N.; DE COCK, C.; SCHAEFER, S. M. From antagonists to allies? Exploring the critical performativity of alternative organization. *Culture and Organization*, [s.l.], v. 27, n. 2, p. 89–97, 4 mar. 2021.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Rio de Janeiro: Almedina Brasil: 2009.

LECA, B.; GOND, J. P.; BARIN CRUZ, L. Building ‘Critical Performativity Engines’ for deprived communities: The construction of popular cooperative incubators in Brazil. *Organization*, [s.l.], v. 21, n. 5, p. 683–712, 2014.

MANCE, E. A. Redes de Colaboração Solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Rio de Janeiro: Almedina Brasil: 2009.

MANNING, J. A performative critical management studies: Developing a critical management pedagogy as intellectual activism praxis. *Organization*, [s.l.], v. 32, n. 4, p. 607–622, 24 maio 2025.

MORGAN, G.; FROST, P. J.; PONDY, L. R. Organizational symbolism. In: PONDY, L. R.; FROST, P. J.; MORGAN, G.; DANDRIDGE, T. C. (ed.). *Organizational symbolism*. Connecticut: Jay Press, 1983. p. 3-35.

NAYLOR, L. Solidarity as a development performance and practice in coffee exchanges. *Sustainability Science*, [s.l.], v. 17, n. 4, p. 1195–1205, 5 jul. 2022.

PARANQUE, B.; WILLMOTT, H. Cooperatives—saviours or gravediggers of capitalism? Critical performativity and the John Lewis Partnership. *Organization*, [s.l.], v. 21, n. 5, p. 604–625, 2014.

ROSSI, G. B.; SERRALVO, F. A.; JOÃO, B. N. Análise de conteúdo. *Revista Brasileira de Marketing*, [s.l.], v. 13, n. 4, p. 39–48, 2014.

SHANAHAN, G. Two routes to degeneration, two routes to utopia: The impure critical performativity of alternative organizing. *Organization*, [s.l.], v. 32, n. 4, p. 489–507, 29 maio 2025.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPICER, A.; ALVESSON, M.; KÄRREMAN, D. Critical performativity: The unfinished business of critical management studies. *Human Relations*, [s.l.], v. 62, n. 4, p. 537–560, abr. 2009.

SPICER, A.; ALVESSON, M.; KÄRREMAN, D. Extending critical performativity. *Human Relations*, [s.l.], v. 69, n. 2, p. 225–249, fev. 2016.

REDE ITCP. Lista de ITCPs contempladas com PRONINC 2005 a 2015 [mensagem pessoal]. Planilha de Excel recebida por anacarolguerra@yahoo.com.br em 15 de setembro de 2017.

TURNER, B. A. Introduction. In: TURNER, Barry A. (ed.) *Organizational Symbolism*. New York: De Gruyter, 1990. p. 1-11.

UNITRABALHO. *Institucional*. Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/incubadoras/>. Acesso em: 10 ago. 2017.

WEBB, Sidney; WEBB, Beatrice. Co-operative production and profit sharing. *Special Supplement to the New Statesment*, [s.l.], v. 2, n. 45, 1914.